

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES PROJETO DE LEI Nº 4.036, DE 2020

Altera a Lei nº 9.503 de 23 setembro de 1997 para determinar que o valor da taxa para renovação do Exame de Aptidão Física e Mental será gratuita ao condutor com mais de sessenta e cinco anos de idade.

Autor: Deputado LÉO MORAES

Relator: Deputado RUBENS OTONI

I - RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Viação e Transportes, para análise de mérito, o Projeto de Lei nº 4.036, de 2020, que altera a Lei nº 9.503, de 23 setembro de 1997, para determinar que o valor da taxa para renovação do exame de aptidão física e mental será gratuita ao condutor com mais de sessenta e cinco anos de idade.

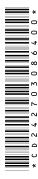
Na justificação o autor esclarece que as taxas cobradas para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) são estabelecidas em valores iguais para os idosos e para os demais condutores, porém, os idosos têm que renovar a CNH a cada três anos e os demais condutores a cada cinco anos. A defesa no Projeto de Lei é no sentido que os idosos, por serem onerados com maior número de renovações, sejam isentos do pagamento da taxa.

A matéria foi distribuída pela Mesa Diretora para as comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cidoso); de Viação e Transportes (CVT); de Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Na Cidoso a matéria foi aprovada em 14/06/2023 na forma do substitutivo adotado por aquela comissão. A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões e tramita em regime ordinário. Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.







CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei foi apresentado no dia 03/08/2020 e pretende estabelecer no CTB a gratuidade da renovação do exame de aptidão física e mental da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para os condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade.

Em 13/10/2020 foi sancionada a Lei nº 14.071, alterando o CTB para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações. Com a mudança, o exame de aptidão física e mental para renovação da CNH, passa a ter a seguinte periodicidade: a cada 10 (dez) anos, para condutores com idade inferior a 50 (cinquenta) anos; a cada 5 (cinco) anos, para condutores com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos e inferior a 70 (setenta) anos; e a cada 3 (três) anos, para condutores com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

A Lei nº 14.071, de 2020, pode ser vista como um atenuante para as questões de oneração das taxas e demais despesas relativas ao processo de renovação da CNH, uma vez que reduz a periodicidade dessa renovação para os condutores idosos com idade inferior a setenta anos. Apesar da ampliação do prazo de validade das habilitações trazidas na mencionada legislação de 2020, o mérito do projeto de lei em comento deve ser levado adiante pelas razões apresentadas a seguir.

O relatório na Cidoso foi favorável ao mérito do projeto "no sentido de desonerar a pessoa idosa das taxas de renovação da CNH, pois, com o passar da idade, na grande maioria dos casos, há decréscimo de renda do cidadão". O relatório registra a preocupação com a segurança no trânsito, reconhecendo a maior periodicidade na exigência de exames médicos para idosos, mas ressalta a necessidade se olhar para a capacidade de pagamento da parcela de idosos de menor renda.

Diante desse posicionamento, a Cidoso entendeu que a matéria é meritória, porém em seu substitutivo adotado limitou o benefício a condutores inscritos no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – CadÚnico, "de forma que a gratuidade beneficie apenas os que, de fato, dela necessitam". Além disso, o substitutivo adotado pela Cidoso propõe a alteração da idade para gozo do benefício para contemplar aqueles com idade igual ou maior que sessenta anos, compatibilizando-o com a idade prevista no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 2003). Ademais, prevê que "as despesas decorrentes desta gratuidade sejam custeadas com recursos do Fundo Nacional de Segurança de Trânsito (Funset)".

No que tange à análise desta CVT, entende-se que a renovação periódica da CNH tem propósitos importantes associados à segurança no trânsito e à atualização dos dados do





CÂMARA DOS DEPUTADOS

condutor. Nesse sentido, o substitutivo adotado pela Cidoso ao Projeto de Lei tem o potencial de contribuir com esses propósitos, uma vez que a barreira financeira para renovação da CNH não será um impeditivo para esse grupo de cidadãos, ou seja, pessoas idosas de sessenta anos ou mais cadastrados no CadÚnico; reduzindo o número de pessoas dirigindo irregularmente sem as condições físicas e mentais mínimas compatíveis com o trânsito seguro.

Ademais, a matéria será apreciada quanto aos aspectos financeiros e tributários pela CFT e terá a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa avaliadas pela CCJ.

Voto, portanto, pela **APROVAÇÃO** do PL nº 4.036, de 2020, na forma do substitutivo adotado na Cidoso.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado RUBENS OTONI Relator



